

CARACTERÍSTICAS DE UM MERCADO DE TRABALHO E PARTICIPAÇÃO DO GRUPO FAMILIAR¹

Iracema Brandão Guimarães^{II}

O trabalho procura situar as relações entre a urbanização, a proletarianização e o tamanho e composição das famílias, interpretando-as em função das configurações do mercado de trabalho baiano. As articulações entre o tamanho da família e a economia de subsistência são substituídas por novas articulações entre os encargos da reprodução, o número de componentes e os determinantes sócio-culturais relacionados ao ciclo vital familiar, o que corresponde a um padrão de organização marcado pela redução do número de componentes, a participação de outros membros no mercado de trabalho e modificações na realização das tarefas necessárias à reprodução da vida imediata. Dentro desse quadro, o crescimento do emprego verificado na Bahia torna-se predominante entre os chefes de família e está associado a um aumento da frequência de famílias pequenas, presentes em frações do proletariado urbano, cuja constituição recente incorpora uma força de trabalho relativamente jovem e que se encontra em etapas iniciais do ciclo de constituição das famílias. Ao lado disso, as famílias maiores são localizadas de modo predominante entre chefes de família que exercem atividades autônomas e encontram-se em faixas etárias mais avançadas.

Uma intensa transformação na estrutura do emprego ocorreu na Bahia no período de 1970 e 1980. Segundo a informação censitária, ela resultou, por um lado, do crescimento da ocupação nos serviços (coletivos e individuais), no comércio e finanças e na indústria de transformação; por outro lado, ela respondeu ao declínio da ocupação nas atividades de construção civil, no trabalho autônomo (especialmente no comércio ambulante) e na prestação de serviços pessoais (como o serviço doméstico remunerado), indicando uma retração no chamado mercado informal de trabalho.

Esse trabalho apresenta resultados do projeto de pesquisa "Os movimentos da Força de Trabalho e a Organização Familiar", desenvolvido no Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia, contando com o apoio da CNPq. Agradeço aos pareceristas do *Caderno CRH* n. 14 as numerosas sugestões recebidas.

Professora Adjunta do Departamento de Sociologia e pesquisadora do Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia.

Caderno CRH, n. 14, p.31-46, Jan./Jul., 1991.

Todo esse movimento implicou em mudanças significativas nas atividades econômicas e nos modos de vida da população, influenciando a organização das famílias, a condição sexual dos seus chefes e a diferenciação das oportunidades de trabalho por sexo.

No bojo dessas transformações, verifica-se que o assalariamento passou a predominar entre os chefes de família, concomitantemente com o rejuvenescimento da força de trabalho e a redução no tamanho das famílias, o que indica uma diferenciação nos padrões de reprodução e ciclos de vida familiar. Esta tendência à redução no tamanho da família permite repensar o argumento da funcionalidade de proles numerosas face à necessidade de participação econômica crescente dos seus membros; contrariando o argumento, ela sugere que as classes trabalhadoras parecem passar a manter uma estratégia de articulação coletiva para enfrentamento das condições de vida envolvendo poucos indivíduos e apoiando-se fundamentalmente na atividade econômica das mulheres como cônjuges.

Esse texto procura situar algumas das principais tendências dessas mudanças, focalizando as formas de ocupação dos indivíduos que, organizados em famílias, participam do mercado de trabalho, e encontram nas suas características estruturais as possibilidades e os limites dessa participação.

Essa análise das tendências do mercado de trabalho pela ótica da participação econômica das famílias permite recuperar, através da interpretação das informações censitárias, alguns dos processos que imprimem uma nova dinâmica à sociedade baiana, como sejam: o emprego de diferentes segmentos da força de trabalho, a participação feminina em atividades produtivas e seus reflexos sobre a natureza das famílias e das relações de gênero com conseqüências importantes para as estratégias familiares de sobrevivência

FAMÍLIA E MERCADO DE TRABALHO

Vários estudos têm focalizado o mercado de trabalho com o objetivo de conhecer as condições de participação das famílias. Para tanto baseiam-se no suposto de que a participação econômica familiar varia de acordo com o contexto estrutural do mercado, cujas tendências abrem possibilidades e definem limites a essa participação (Garcia, Muñoz, Oliveira, 1983: 11).

Todavia, a dinâmica do mercado não exerce um impacto direto e imediato sobre os indivíduos. Como esses não vivem isolados, as famílias, ou as redes domésticas de relações em que se organizam, constituem-se em instâncias mediadoras entre os processos estruturais e a participação de seus membros nas atividades econômicas (Garcia, Muñoz, Oliveira, 1983: 17; Montali, Telles, 1986).

De fato, os processos de urbanização, de proletarização e de mercantilização das relações de produção podem determinar o tamanho

e composição das famílias. Múltiplas evidências reforçam essa posição. Em primeiro lugar, observa-se que as condições de organização da vida familiar e da reprodução humana tem apresentado tendências de mudança em contextos de urbanização acelerada (Bilac, 1989: 5-7). Em segundo lugar, verifica-se que o processo de monetarização da economia subordinou a reprodução da força de trabalho aos mecanismos de mercado, destruindo a lógica da articulação entre tamanho da família e economia de subsistência e desestabilizando os níveis de fecundidade que passaram a cair rapidamente em torno dos anos 60 (Paiva 1982, Bilac, 1989).

Contudo, estudos recentes têm buscado qualificar melhor o nexo entre a proletarização posterior aos anos 50 e o declínio da fecundidade (Souza, 1987). Sua complexidade vem sendo destacada à luz de novos resultados empíricos; Souza (1990), por exemplo, encontrou que a redução da fecundidade, generalizada na Bahia entre 1970 e 1980, conviveu com a permanência de padrões de procriação intensa entre as frações mais pauperizadas do proletariado urbano. Nelas, a estrutura das famílias, centrada na unidade mãe-filhos e apoiada nos sistemas de solidariedade, sustentou as disposições subjetivas das mulheres para uma elevada procriação (Souza, 1990: 35).

Vê-se assim que os processos estruturais constituem uma referência para entender a reprodução das classes sociais a qual, por sua vez, é o ponto de partida para o entendimento da reprodução nas classes (Bilac, 1989: pg.4). Entretanto, o efeito determinante desses processos estruturais é incompreensível se desconsiderados os elementos mediadores da sua determinação, para o que os componentes sócio-culturais da ordem familiar são um eixo analítico fundamental.

Enfocar a reprodução nas classes sociais é também condição para amolar a noção de reprodução da força de trabalho. Mais que a simples reposição da energia física, seu entendimento requer o estudo da cultura, da política e da sociabilidade entre os trabalhadores (Paoli, 1984:444). Fazê-lo importou em trazer a família operária para o centro da investigação sobre as condições de reprodução dos trabalhadores em contextos de urbanização e industrialização aceleradas. Nessa linha interpretativa, a organização dos encargos ligados ao trabalho e à reprodução, muito embora implicando no esforço coletivo dos indivíduos para o enfrentamento das condições de vida, "nem sempre se explicaria por uma lógica da sobrevivência ou lógica da reprodução da força de trabalho, existindo clivagens atravessadas pela história, pela cultura, pela subjetividade que mediam as relações entre trabalho e família" (Teles, 1988:7).

A argumentação vem mostrar como são estreitas as relações entre esta e o mercado de trabalho. Por um lado, componentes básicos da ordem familiar, como o número de seus membros e a mobilização de mulheres e crianças na divisão dos encargos familiares, são, a um só tempo, fatores constitutivos básicos na formação dos mercados de trabalho, regulando a oferta de trabalhadores. Por outro lado,

Características de um mercado de trabalho 34

se o volume e a natureza da incorporação do trabalho feminino e infantil dependem da própria dinâmica cíclica de configuração do mercado, eles são igualmente incompreensíveis se ignorados os determinantes socio-culturais internos à ordem familiar tais como, o lugar da mulher na estrutura de parentesco, a carga do trabalho doméstico, o momento do ciclo vital e o tamanho da família

Finalmente, a mera inserção no mercado de trabalho não permite, por si só, depreender a qualidade das condições de reprodução. Outra vez é na organização familiar que se encontram os elementos de mediação: o tamanho da família e, mais exatamente, a carga de dependentes na unidade doméstica determinam as chances de que o rendimento do seu chefe seja suficiente para atender ao montante de necessidades a serem satisfeitas. Isto porque, se estas são histórica e culturalmente diferenciadas, são também socialmente específicas tendo em conta o padrão de organização familiar a ser reproduzido.

Isso sugere que importantes mudanças nas condições de reprodução passam a se verificar quando a satisfação dessas necessidades passa a depender do salário, posto que a família deixa de ser uma unidade produtiva e os bens e serviços necessários à sua reprodução devem ser adquiridos no mercado. Isto requer uma nova organização familiar, na qual se alteram elementos constitutivos básicos como: o número de componentes, a participação de outros membros nas atividades produtivas, a divisão dos encargos domésticos, a socialização dos menores e a realização das diferentes atividades necessárias à reprodução da vida imediata. Emerge, assim, um novo modo de organização da vida familiar, sustentado em bases econômicas e culturais igualmente renovadas.

AS TRANSFORMAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO BAIANO

A expansão das atividades econômicas que se verificou nas três últimas décadas na Bahia expressa um processo de progressiva expansão e diferenciação da estrutura produtiva. Ao longo desse período teve lugar a implantação das atividades de extração e refino do petróleo no final da década de 50, ocorreram as primeiras concentrações industriais na década de 60 e implantou-se o Pólo Petroquímico na década de 70. Estas novas atividades industriais promoveram a expansão da rede de comércio, transporte e serviços, e conviveram com a modernização da agricultura, acelerada no período 70-80.

Estas mudanças ocorreram num mercado que já evidenciava, desde os anos 50, o peso significativo da ocupação em atividades não-agrícolas (65,2%), o qual, embora declinando em 1960 (60,6%), recupera-se e atinge patamares fortemente elevados em 1970 e 1980 (71,2% e 71,6% respectivamente). Isso marca a importância ocupacional das atividades desenvolvidas nos mercados urbanos de trabalho, particularmente na Região Metropolitana de Salvador onde, não apenas se

concentraram as atividades não-agrícolas, como se implantaram as mudanças qualitativas mais importantes na natureza das atividades produtivas, tanto quanto nas relações e no processo de trabalho, refletindo-se nos diferentes atributos requeridos da mão-de-obra incorporada (Castro, Franco, Guimarães, 1986)

Na década de 80, as atividades de produção, particularmente aquelas referentes à indústria de transformação, absorveram 35% do total de empregados, dos quais 82% do sexo masculino. Em comparação com a década de 50, importantes mudanças se evidenciam. No ano de 1950, tomado aqui como ponto de partida, os ramos industriais que mais incorporavam trabalhadores eram os de produtos alimentícios, madeira, minerais não metálicos e mobiliário. Em 80 esses ramos encontram-se ainda entre os que mais empregam força de trabalho; todavia, o aumento da capacidade de emprego na indústria deveu-se à participação dos novos setores como o metalúrgico e o químico.

E certo que em 1950 era ainda maior a predominância da força de trabalho masculina: entre um mínimo de 87% e um máximo de 97%, quando se excetua o ramo têxtil. Neste a modernização repercute de modo a masculinizar a ocupação; se na época tomada aqui como inicial os tecelões eram apenas 27% dos ocupados, em 80 eles aumentam para 56%.

A constituição no urbano de um mercado especificamente capitalista de força de trabalho, secundada pelas transformações ocorridas na estruturada atividade produtiva, redefinem a localização socialmente assignada às mulheres, destinando-lhes os espaços onde prevalecem as tarefas e habilidades fundadas na rotinização e na delicadeza, marcadas, além disso, pela desigualdade salarial e baixa qualificação.

Com o crescimento do emprego no comércio e nos serviços, abrem-se novos campos de trabalho onde as mulheres passam a ser amplamente incorporadas; considerando-se o conjunto das atividades de circulação mercantil, houve um aumento significativo no emprego de força de trabalho feminina (7% em 50 contra 25% em 80), especialmente no ramo das finanças e no comércio de mercadorias (Castro, Guimarães, 1987).

No setor de serviços, pessoais e de produção, o crescimento do emprego foi mais intenso que nas atividades de produção, primária e secundária: seu significativo peso na ocupação eleva-se de 41,7%, em 1950, para 44,0%, em 1980. A equidade na participação de homens e mulheres nas oportunidades ocupacionais parece ser um dado constante do setor; a divisão metade-metade existente no ponto de partida (50% do emprego era de homens em 1950) reitera-se no ponto de chegada (1980).

Todavia, é interessante destacar que somente a partir dos anos 70 re-organizam-se os serviços em bases capitalistas modernas. Nessa oportunidade, a incorporação do trabalho feminino passa a se fazer predominantemente pela via do trabalho assalariado, invadindo o* diferentes ramos em que se organiza o setor tanto nos bancos e

comércio de mercadorias, como na administração pública ou nos serviços coletivos de educação, saúde, lazer, mantendo-se a sua participação nos serviços individuais, como alimentação, higiene, alojamento.

Mas, não somente as atividades urbanas alteram sua intensidade e natureza; também no campo são significativas as transformações ocorridas nas oportunidades ocupacionais e especialmente nas relações sociais de trabalho. Considerando-se a proporção de empregados no total da população economicamente ativa do Estado verifica-se a sua significativa elevação no período, passando de 36,9 em 1950 para 53,8 em 1980. Isso se intensifica particularmente na década de 70 quando se acelera a modernização da agricultura, com um intenso processo de diferenciação da pequena produção e destruição de uma parte das pequenas unidades produtivas, ao tempo em que outra parte integrava-se ao mercado e à reprodução do grande capital.

Identifica-se, por outro lado, uma desaceleração no crescimento do trabalho familiar, um declínio do pessoal residente ou permanente no estabelecimento e um aumento significativo no assalariamento. Esse processo deve ser melhor qualificado; em verdade ele decorre do intenso crescimento, no pós-70, do número de trabalhadores volantes ou temporários, caracterizados majoritariamente como trabalhadores sem terra, ou com pouca terra; são pequenos produtores empobrecidos que procuram fazer conviver o assalariamento temporário com a produção de subsistência (Castro, Franco, Guimarães, 1986).

As características do mercado de trabalho regional permitem constatar que a importância numérica da relação assalariada traz consigo mudanças qualitativas profundas que se expressam na capacidade de converter outras formas ao trabalho assalariado. Assim, a generalização da venda da força de trabalho é patente quando acompanhamos a alteração das demais relações de trabalho, particularmente as atividades autônomas urbanas, como o trabalho por conta própria. Isto não nega, entretanto, o fato marcante de que um significativo estoque dos ocupados encontra no trabalho autônomo o espaço da sua reprodução; assim, em que pese as importantes mudanças na economia urbana eles permanecem representando nada menos que um quarto dos ocupados (28,6% em 50 e 26,9% em 80)¹. Por outro lado, o declínio na proporção de empregadores, que se tomaram em 80 quase metade do que eram em 50 (3,6% em 1950 e 1,6% em 1980), revela a provável eliminação de pequenos estabelecimentos empregadores, em decorrência da concentração de capital.

Considerando-se as várias esferas da atividade econômica (produção, circulação e consumo) a subordinação das relações não capi-

Prandi (1978:129), mostrou que em 1970 os trabalhadores autônomos **representavam** 8% dos trabalhadores urbanos em São Paulo e Guanabara e nunca menos que 20% no Norte-Nordeste, e Centro-Oeste. Em Salvador (Prandi, 1978: 132), os trabalhadores por conta própria se concentravam no comércio de mercadorias (22%), prestação de serviços (29%) serviços de **reparação de bens** de consumo e habitação (24%), produção de mercadorias e construção civil (16%).

talistas às formas modernas de reprodução do capital parece ser igualmente perceptível, muito embora com intensidade variável em cada uma delas.

É na esfera da produção onde o trabalho autônomo representa a menor proporção nas oportunidades ocupacionais; ainda assim ele se amplia quando comparados o início e o final do período (20,3% em 1950 para 27,5% em 1980); aí se incluem as atividades de reparação de meios de produção (como máquinas e veículos), a reparação de meios de consumo e a manufatura em geral.

Entre as atividades de circulação o trabalho autônomo variou num sentido diferente, tendendo a declinar no fim do período (39,3% para 36,5%). Mas é na esfera do consumo onde a participação do trabalho por conta própria parece ser mais significativa para o entendimento das novas oportunidades ocupacionais abertas no mercado de trabalho. Se ela era a mais elevada em 1950 (45, 70%), aumentou ainda mais em 1960, quando chegou a representar 57,51% do total da ocupação gerada; todavia, sofreu um drástico declínio entre 1970-80 (caindo para 33,40% no final do período), quando assumiu um peso proporcionalmente similar ao que representava nas demais esferas da atividade. Esta sensível retração confirma sua tendência complementar ao movimento de expansão das atividades capitalistas, com a mercantilização progressiva e crescente dos serviços, notadamente dos serviços pessoais.

Esse movimento se expressa na retração de ocupações fortemente sorvedoras de trabalho. Na esfera da circulação de mercadorias ocorreu uma redução do comércio ambulante (12,6% e 6,7 entre 50/80), do comércio de alimentos e bebidas (27,2% e 13,8%) e dos serviços individuais (55,4% e 44,4% entre 50/80), esta última concentrada nos serviços de higiene pessoal (4,7% e 2,9%) e nos serviços domésticos remunerados (45,0% e 29,8%)².

A tendência ao declínio do trabalho autônomo, ou das atividades não-capitalistas, indica portanto um dos processos fundamentais na constituição de um mercado de trabalho especificamente capitalista, no qual o desenvolvimento da divisão social do trabalho produz efeitos decisivos na desarticulação da produção simples de mercadorias e da produção doméstica

No que tange à divisão sexual das oportunidades ocupacionais criadas no trabalho por conta própria, observou-se uma tendência ao aumento da participação masculina tanto nas atividades autônomas de produção (79% para 92% entre 50/80), como nas de consumo (47% para 49% entre 50/80); já a participação feminina aumentou apenas na circulação de mercadorias. Vê-se, assim, que o declínio verificado

²Em termos absolutos, no entanto, o trabalho autônomo nos setores de circulação de mercadorias aumentou de 68.286 para 230.579 pessoas ocupadas, e os serviços domésticos remunerados, que ocupavam 47.835 pessoas em 1950, (de um total de 106.204 empregos no total dos serviços) passaram a ocupar 128.921 pessoas (num total de 432.108 empregos, nos serviços em 1980).

no total das atividades por conta própria na esfera dos serviços (54% para 33%) pode ser creditado à retração das atividades exercidas por mulheres, já que a participação masculina experimenta um aumento relativo.

Tudo isso leva a perceber que a reconfiguração das relações sociais de trabalho importa numa simultânea reconfiguração da divisão sexual das oportunidades ocupacionais. Homens e mulheres não apenas encontram novas mas diferentes oportunidades de emprego da sua força de trabalho na produção da sobrevivência. Resta indagar como as unidades familiares se organizam para fazer face às novas e diferenciadas oportunidades que se abrem, repartindo, também diferenciadamente, os seus encargos referentes à reprodução.

AS FAMÍLIAS E SUA PARTICIPAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

O crescimento do mercado de trabalho, provocado pela generalização da venda de força de trabalho, acaba por fixar em atividades assalariadas um amplo contingente de indivíduos. É desse modo que a divisão social e técnica do trabalho impõe distinções objetivas que caracterizam, em termos genéricos, um segmento de trabalhadores manuais, que transformar-se-á, na confluência com outros fatores, numa classe trabalhadora³.

Mais que o assalariamento, os novos processos de trabalho na indústria, o desenvolvimento das finanças, do comércio e dos serviços, e sua organização em bases capitalistas, redefinem os contornos da divisão sexual do trabalho e passam a exercer influência decisiva na participação das famílias no mercado de trabalho.

Como os chefes de família predominam na população economicamente ativa, examinaremos, a seguir, o seu mercado de trabalho e a composição das suas famílias, segundo a condição de assalariamento⁴.

Os chefes de família exerciam, predominantemente, atividades por conta própria que se retraíram no período analisado, implicando num declínio da sua participação (de 60,70% para 48,45%) entre 1970 e

³Guimarães (1987, 1988) e Guimarães e Castro (1990) discutem com propriedade a formação de classe dos trabalhadores baianos.

⁴Identificamos, aqui, a unidade doméstica à noção de família apesar das limitações que isso pode acarretar. Tal procedimento foi inevitável, devido à base de dados utilizada. Altman (1984) discute apropriadamente esses limites. Com base nas informações dos Censos de famílias e Domicílios, apreendemos, portanto as unidades domésticas e localizamos as atividades econômicas dos chefes de família - mantendo nesse caso a definição censitária da chefia (p. 19), frequentemente centralizada na figura masculina, o que muitas vezes encobre a divisão que realmente ocorre entre os cônjuges, ou mesmo o fato da chefia econômica poder ser exercida por mulheres, ainda que se verifique a presença masculina de um chefe reconhecido.

1980⁵. Essa queda, no entanto, ocorreu em todos os segmentos do mercado de trabalho regional. Com o crescimento da população empregada, a participação dos chefes de família assalariados aumentou significativamente (37,21% em 1970 e 47,71% em 1980), constatando-se que, no total de empregados, cerca de 1/3 deles foi absorvido nas atividades de produção, enquanto perto da metade foi absorvido em serviços onde predominam o emprego feminino.

Obviamente, não se deve esperar que seja muito grande o número de famílias com um único provedor econômico. A tendência a maior ou menor presença de chefes provedores exclusivos depende, evidentemente, da maior ou menor oferta de trabalho de outros membros da família, em função dos diferentes momentos da vida familiar. Isso não implica, todavia, que não haja um chefe provedor, ainda que sua maior importância seja simbólica (Telles, 1988 : 8). Essa possibilidade, quando se generaliza, pode estar a indicar a precariedade das condições de sobrevivência das famílias trabalhadoras, privadas de uma sólida base econômica que sustente a autoridade tradicional da figura masculina

O tamanho da família constitui, pois, um dado importante para a compreensão das suas possibilidades de organização, frente as condições do mercado de trabalho e do momento do ciclo da vida familiar. Nesse particular, os dados baianos demonstram que o crescimento do emprego (enquanto modo de inserção de chefes de família no mercado de trabalho) está associado a um aumento da freqüência dos grupos com dois a cinco componentes (ver Quadro I).

QUADRO I

Bahia - Empregados e Famílias Residentes em Domicílios Particulares								
Anos	. Chefes e número de Com					ponentes por Família (Em %)		
	1	2	3	4	5	6-10	11-14	15 e mais
1970	7,20	12,34	14,18	13,87	12,89	34,79	4,43	0,29
1980	6,30	13,04	15,80	15,62	14,02	31,88	3,19	0,15

FONTE: IBGE, Censo Demográfico de Famílias e Domicílios, 1970, 1980.

Certamente, o aumento do número de "pequenas famílias" entre os chefes empregados reflete os padrões familiares dos trabalhadores não manuais e dos empregados com salários mais elevados. Mas também aí se encontram incluídos os trabalhadores assalariados no comércio, nos serviços e na indústria e, diante da constatação do intenso crescimento do emprego nos últimos dois casos, é possível que neste segmento se encontre também frações do proletariado urbano.

5 Essas proporções incorporam os chefes de família que participam das atividades agrícolas, pois atabulação dos Censos de Famílias e Domicílios não permite separar a informação sobre a posição na ocupação segundo o setor de atividades.

Características de um mercado de trabalho 40

Pode-se conjecturar que, devido a sua constituição recente, essa força de trabalho seja relativamente jovem e se encontre nas etapas iniciais de constituição familiar. E também que a mudança nas condições e no modo de vida que passam a caracterizar os novos padrões de reprodução da vida cotidiana, influi na redução do tamanho da família, vinculada ao declínio da fecundidade.

Poder-se-ia relacionar, também, as particularidades locais do processo de proletarização, à presença, desde os anos 50, de um volume significativo da população empregada que, embora não se constituísse ainda num proletariado, vivenciava o contexto urbano e suas influências sobre a organização das famílias. Tais influências consolidam-se entre 1970 e 1980, expressas numa redução generalizada da fecundidade, persistindo, no entanto, "uma procriação intensa em frações mais pauperizadas do proletariado urbano, baseada na unidade mãe-filhos e apoiada em relações de solidariedade, e parentesco e vizinhança" (Souza 1987 e 1990: 35).

A tendência mais marcante no período 70-80 foi a redução do tamanho da família entre os trabalhadores assalariados e o aumento proporcional das "pequenas famílias". Ora, a referência aos padrões de procriação intensa em frações do proletariado urbano sugere que seu padrão de procriação se aproxime mais daqueles 31,88% de famílias com mais de seis componentes, encontrado em 1980 (Quadro I). Se essa última observação for correta, então a redução entre os trabalhadores manuais só seria plausível se fosse possível confirmar entre eles, a presença de chefes femininos predominantemente assalariados.

Em contraste, os chefes de família não-assalariados apresentam uma tendência diversa de composição familiar. Não se altera, entre 1970 e 1980, a freqüência de "pequenas famílias", que continua em 1980, inferior a verificada entre os chefes assalariados, e aumenta a freqüência das famílias maiores (cinco e seis a dez componentes), indicando haver uma relação entre o trabalho por conta própria e o ciclo de vida das famílias, medido pelo tempo da sua constituição (ver Quadro II).

QUADRO II

Bahia - Trabalhadores Autônomos e Famílias Residentes em Domicílios Particulares								
Chefes e Número de Componentes por Família (Em %)								
Anos	1	2	3	4	5	6-10	11-14	15 e +
1970	4,88	12,06	14,22	13,64	12,88	36,55	5,42	-
1980	4,18	12,27	14,08	14,08	13,68	37,76	4,70	-

FONTE: IBGE, Censo Demográfico de Famílias e Domicílios, 1970, 1980.

A acreditarmos no estudo sobre família e mercado de trabalho, realizado em Recife e São José dos Campos por Garcia Muñoz, Oliveira (1983), é semelhante o tamanho da família entre os chefes que tra-

balham por conta própria e os assalariados manuais. Esses últimos diferem do conjunto dos assalariados pela presença de grandes famílias - 7,9 membros em Recife. As diferenças encontradas entre as famílias com chefes assalariados e aquelas com chefes não assalariados dizem mais respeito ao ciclo vital e ao tamanho que às estruturas familiares. Assim, as famílias nucleares de trabalhadores por conta própria encontravam-se freqüentemente em etapas mais avançadas do ciclo vital (60% em São José dos Campos e 52% em Recife); enquanto que, entre os trabalhadores assalariados manuais, a ampliação do grupo doméstico era atribuída à influência da migração e da co-habitação de um ou mais núcleos familiares (Garcia, Muñoz, Oliveira, 1963: 70-73).

Certamente a caracterização de Recife como uma "cidade de serviços" e São José dos Campos como uma "cidade industrial em formação" explica a configuração de seus mercados de trabalho (Garcia, Muñoz, Oliveira, 1963: 54); a predominância de famílias grandes entre os trabalhadores assalariados manuais, especialmente em Recife, parece relacionar-se ao desenvolvimento da indústria na região, que tende a incorporar trabalhadores não especializados e com baixos níveis de remuneração.

Quanto a Salvador, as tendências do mercado relacionam-se a um processo de industrialização mais intenso e à modernização da rede de serviços. Aqui, os trabalhadores manuais empregados na indústria foram absorvidos predominantemente nos ramos metalúrgico, químico e petroquímico e possuem níveis médios de instrução e remuneração mais elevados. Tomando-se o conjunto dos assalariados baianos, destaca-se o aumento na proporção das famílias com um a quatro componentes, com chefes de até 35 anos de idade; mas, mesmo entre famílias chefiadas por pessoas mais velhas (acima de 35 anos), é visível o declínio do tamanho das famílias (queda na proporção de famílias com seis ou mais componentes). Inversamente, entre os chefes não assalariados, a proporção das famílias maiores tende a aumentar quando a idade do chefe ultrapassa os 39 anos (47,7% e 49,6% entre 70-80). Isso é especialmente verdadeiro quando os chefes de família tem mais de 50 anos, ou seja, quando se tratam de proles já consolidadas, provavelmente geradas com base a níveis mais elevados de fecundidades.

No estudo já referido, Garcia, Muñoz, Oliveira mostraram que os trabalhadores assalariados, tanto manuais quanto não manuais, eram mais jovens, especialmente em São José dos Campos, onde o processo de industrialização demandava fortes contingentes de mão de obra; enquanto os trabalhadores por conta própria tinham idade mais avançada e níveis de instrução mais baixos (Garcia, Muñoz, Oliveira, 1963: 68-67). Prandi (1978: 115), em seu estudo sobre Salvador, mostrou que os trabalhadores por conta própria tendiam, também, a ser mais idosos que os assalariados. A relação dos chefes com os meios de produção e de subsistência parece, portanto, central na determinação

Características de um mercado de trabalho 42

do tamanho das famílias, mesmo quando se usa uma distinção genérica como trabalho assalariado e trabalho autônomo que, em cada caso, agrega situações bastante heterogêneas. Utilizar uma categoria como "tipo de atividade exercida pelo chefe da família" permite uma aproximação maior aos segmentos que compõem os assalariados. Tomando primeiramente as atividades industriais, (Quadros III e IV), vê-se que as proporções de famílias com três, quatro e cinco componentes aumentaram de 13 para 15% e de 13 para 16%, respectivamente, de modo compatível com a tendência apresentada pelo conjunto dos assalariados.

QUADRO III

Bahia - 1970									
Famílias Residentes em Domicílios Particulares por Número de Componentes									
Setor de Atividade do Chefe de Família	FAMILIAS			POR NÚMERO DE COMPONENTES				(Em %)	
	1	2	3	4	5	6-10	11-14	15 e +	TOTAL
.Agricultura, Ex. Vegetal, Caça e Pesca	5,37	12,27	14,12	13,53	12,77	36,15	5,38	0,35	100
.Atividades Industriais	4,97	11,01	13,88	13,84	13,11	38,02	4,89	0,29	100
.Comércio de Mercadorias	5,98	10,51	13,48	13,79	13,31	37,66	4,91	0,35	100
.Prestação de Serviços	11,85	17,49	16,44	14,23	12,02	25,21	2,64	0,12	100
.Transporte, Comunicação	3,13	9,38	13,24	14,38	14,00	39,16	6,24	0,47	100
.Atividades Sociais	7,56	12,60	14,74	13,72	12,66	34,00	4,27	0,36	100
.Adm. Pública	3,41	8,38	12,38	13,26	13,76	42,11	6,07	0,56	100
.Outras Atividades	8,38	12,99	14,54	14,60	13,58	32,37	3,27	0,26	100
.Cond. Inativas	17,06	23,74	18,02	13,00	9,25	17,21	1,80	0,12	100

FONTE: Censo Demográfico de Famílias e Domicílios, 1970, IBGE.

QUADRO IV

Bahia - 1980									
Famílias Residentes em Domicílios Particulares por Número de Componentes									
Setor de Atividade do Chefe de Família	FAMILIAS			POR NÚMERO DE COMPONENTES				(Em %)	
	1	2	3	4	5	6-10	11-14	15 e +	TOTAL
.Agricultura, Ext Vegetal, Caça e Pesca	5,22	11,88	14,20	13,70	13,27	36,82	4,67	0,22	100
.Indústria Transformação	4,33	11,64	15,87	18,96	14,87	32,75	3,38	0,20	100
.Construção Civil	4,02	10,55	14,88	15,42	14,67	38,55	3,74	0,17	100
.Comércio Mercadorias	5,32	11,86	15,01	15,94	14,15	34,22	3,26	0,24	100
.Transportes	2,80	10,14	15,88	17,92	16,05	33,85	3,06	0,20	100
.Prest de Serviços	8,19	16,35	16,57	16,57	13,34	27,61	2,36	0,11	100
.Atividades Sociais	7,07	16,49	17,08	15,11	13,99	28,11	2,03	0,14	100
.Administração Pública	3,66	10,33	13,96	15,72	15,45	38,93	3,76	0,19	100
.Outras Atividades	7,94	14,08	16,89	16,89	15,28	26,65	1,66	0,11	100

FONTE: FIBGE. Censo Demográfico de Famílias e Domicílios, Bahia, 1980. IBGE

Quanto às atividades de serviços, de importância marcante no

mercado de trabalho regional, a participação dos chefes de família nas chamadas "atividades sociais" (educação, saúde, lazer) cresce pari passu ao número de famílias "pequenas", especialmente com três componentes (de 14 para 17% entre 70-80). Na administração pública, confirma-se a mesma tendência, embora em proporções menos elevadas (12 para 13% e 13 para 15%, respectivamente, nos grupos com três e quatro componentes). No comércio de mercadorias, nos transportes e comunicações, configura-se igualmente essa tendência, com um aumento proporcional das "pequenas" famílias (de 13% em 1970 para 15% e 17% em 1980, respectivamente).

Entre os chefes de família com atividades não assalariadas, é possível verificar o aumento de famílias com quatro e cinco componentes e de seis a dez apenas na prestação de serviços (25,21 % para 27,61 %), confirmando, portanto, a tendência observada para o conjunto dos trabalhadores por conta própria e de prestação de serviços. Em todos os outros setores de atividade, as grandes famílias tendem a diminuir de frequência em 1980. Isso é verdade quando os chefes se situam na administração pública, onde era maior a frequência de famílias numerosas (42,17% e 36,9% em 70 e 80, respectivamente)⁶, no setor de transportes e comunicações (39,0% e 33,7%), nas atividades industriais (38,0% e 32,7%) e nas atividades sociais (34% e 28%). Também no setor agropecuário, aumenta proporcionalmente as "pequenas" famílias, permanecendo estável a representatividade dos grupos com seis a dez componentes e reduzindo-se os grupos maiores.

O tamanho das famílias, segundo a inserção econômica do seu **provedor principal** no mercado de trabalho, apresentou, portanto, **duas tendências** marcantes.

Primeiro, o crescimento do número de domicílios ou famílias compostos de até 5 pessoas (60,48% em 1970 e 64,80% do total das famílias em 1980); tipicamente aquelas que se encontram no início do ciclo vital e tem chefes como menos de 36 anos de idade, exercendo uma atividade assalariada. Nesse caso, é possível supor a predominância de famílias nucleares, a presença média de três filhos, e certamente a influência decisiva do controle da fecundidade entre casais mais jovens, indicando um padrão de organização familiar que associa a participação simultânea na produção e na reprodução (da força de trabalho, do trabalhador e da vida imediata).

Segundo, a redução do número de domicílios ou famílias de seis a dez componentes com chefes assalariados, seja na indústria, seja nas atividades sociais ou na administração pública. Essas famílias têm chefes de mais de 39 anos e encontram-se em momentos avançados do

⁶ A elevada frequência de famílias 'grandes' entre os chefes empregados na administração pública relaciona-se, provavelmente, à importância dessas atividades em uma cidade administrativa como é Salvador, e à persistente presença do Estado na criação de empregos, caracterizando situações de relativa estabilidade econômica que induzem à permanência dos filhos por mais tempo e à incorporação de parentes.

Características de um mercado de trabalho 44

ciclo vital; nesse caso, predomina, provavelmente, a conjugação de níveis mais altos de fecundidade com a presença de mais de um núcleo familiar ou com a presença de agregados⁷.

Mas a redução do tamanho da família não se explica exclusivamente pela inserção econômica dos seus provedores. É necessário, ademais, trazer à interpretação sociológica outros elementos fundamentais da organização familiar e da reprodução da vida imediata. Isso significa analisar a família "como um âmbito social que sintetiza um conjunto de relações que se organizam de maneira interativa... em que a família recolhe as influências que provêm do contexto estrutural e as recodifica segundo suas próprias necessidades e peculiaridades de cada um dos seus membros" (Garcia, Muñoz, Oliveira, 1983: 99). A conjugação entre o declínio da fecundidade, o ciclo da vida familiar e a composição dos núcleos conviventes dialoga articuladamente com as tendências de urbanização, de industrialização e de mercantilização das relações de trabalho (Bilac, 1989: 7).

As condições de reprodução do trabalhador e da sua família envolvem, portanto, um conjunto interrelacionado de fatores, oriundos dos padrões de organização familiar em mudança. De unidade produtiva de subsistência no passado, compondo-se pela convivência de núcleos e pela agregação de parentes, a família transformou-se, no presente, em unidade de consumo, organizando-se, para isso, segundo o tipo e o montante das necessidades a serem satisfeitas, e submetendo-se aos contextos culturais em mudança.

Com a crescente participação dos membros da família no mercado de trabalho, têm sido bastante discutidos os mecanismos (tratados enquanto 'estratégias de sobrevivência') a que os indivíduos recorrem para compor ou aumentar a renda familiar.

No caso dos grupos domésticos baianos, a sobrevivência tende a depender cada vez menos de um chefe: aumenta de 4,10% para 7,84% a proporção de chefes masculinos não economicamente ativos, enquanto aumenta também a proporção das mulheres economicamente ativas. As mulheres que trabalham, entretanto, o fazem na condição de cônjuge, não chegando à condição de chefe de família, ao menos na identificação do Censo. Assim, os cônjuges femininos, que representavam 21,7% em 1970, passam a representar 35,4% do total das mulheres economicamente ativas, em 1980, e 16,8% do total dos membros economicamente ativos do grupo doméstico.

Isso indica como o trabalho feminino tende a compensar o declínio da participação econômica dos chefes homens, especialmente nas situações de desemprego ou de retirada masculina do mercado de trabalho, constituindo-se na base das estratégias de sobrevivência.

⁷No estudo, já referido, realizado em Recife e em São José dos Campos (Garcia, Muñoz, Oliveira, 1983: 30) identificou-se uma elevada proporção de famílias nucleares jovens (42% do total das famílias) e uma proporção significativa de famílias não nucleares (38% em Recife e 31% em São José dos Campos).

dos grupos domésticos. Ao tornar-se fator preponderante nos mecanismos utilizados para garantir a sobrevivência, o trabalho feminino traz consigo, também, uma importante mudança nas relações de gênero: através da redivisão dos encargos familiares, retira-se da figura masculina do chefe provedor a base econômica de estruturação das famílias.

BIBLIOGRAFIA

ALTMAN, Ana Maria Goldani.

1984 A informação de família no censo demográfico. In: ABEP. Censos, *con-sensos e contra-sensos*, Ouro Preto. (Seminário Metodológico dos Censos Demográficos, 3). BILAC, Elizabeth Dórea.

1989 Urbanização e família: uma relação revisitada. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 13. Caxambu, 57p. CASTRO, Nadya, FRANCO, Tânia, GUIMARÃES, Iracema.

1986 *Mudanças na divisão social do trabalho e estrutura do emprego no estado da Bahia*. Salvador: CRH/FINEP. 3 v. (Relatório final).

CASTRO, Nadya, GUIMARÃES, Iracema.

1987 O que é que a baiana faz? Os novos padrões da divisão sexual do trabalho nas atividades urbanas no estado da Bahia. *Caderno CRH*, Salvador, n. 5.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

1973 *Censo demográfico 1970 Bahia*. Rio de Janeiro, (Recenseamento Geral do Brasil, 8, v.1,t.18)

1983 *Censo demográfico 1980 Bahia: famílias e domicílios*. Rio de Janeiro, (Recenseamento Geral do Brasil, 9, v.1,16, n.15) GARCIA, Brígida, MUÑOZ, Humberto, OLIVEIRA, Orlandina.

1983 Família e trabajo en México y Brasil. *Estudios Sociológicos*, México, v.1. n.3, set./dez. GUIMARÃES, Antonio Sergio A.

1987 Estrutura e formação das classes sociais na Bahia. *Novos Estudos CE-BRAP*, São Paulo, n. 18, set. p. 57-69.

1988 *Factory regime and class formation: the petrochemical workers in Brazil*. Madison, University of Wisconsin. Tese (Doctor of Philosophy - Sociology).

GUIMARÃES, Antonio Sergio, CASTRO, Nadya A.

1990 Espaços regionais de construção da identidade: a classe trabalhadora no Brasil pós-77. *Caderno CRH*, Salvador, n. 12, p. 33-54. MONTALI, Lília, TELLES, Vera da Silva.

1986 Família e modo de vida nas classes trabalhadoras em São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 5. Águas de São Pedro. Anais ... São Paulo: ABEP. PAIVA, Paulo de Tarso.

1982 O processo de proletarização como fator de desestabilização dos níveis de fecundidade no Brasil. In: PATARRA, Neide (org.) *Reproducción de la población y desarrollo, Informe de Investigación*. São Paulo: CLACSO/SEADE. PAOLI, Maria Célia.

1984 A família operária: notas sobre sua formação histórica no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 4, Águas de S. Pedro. Anais ... São Paulo: ABEP. p. 444-472.

Características de um mercado de trabalho 46

PRANDI, José Reginaldo.

1878 **Trabalhadores por conta própria em Salvador.** In: SOUZA, Guaraci A. A. de, FÁRIA, Vilmar (orgs.) *Bahia de todos o pobres*. Petrópolis: Vozes. p. •129-185. SOUZA, Guaraci A. Alves de;

1967 **Não se fazem mais filhos** como antigamente. *Caderno CRH*, Salvador, n. 1.

1890 **Deixar vir os filhos: a** produção de proles numerosas. *Caderno CRH*, Salvador, n. 13, jul./dez. p. 06-37. TELLE8, Vera da Silva.

1988 **Trabalho e família: a** produção das diferenças entre trabalhadores urbanos. São Paulo: ANPOCS/FORD, p. 7-8. (Relatório final de pesquisa: mimeo).